

JOHN DEWEY NA ARGUMENTAÇÃO DE AUTORES CATÓLICOS¹

Viviane da Costa

Resumo

O presente estudo analisa o discurso educacional veiculado por seis obras de autores católicos publicadas no Brasil entre 1930 e 1960, época em que representantes do pensamento católico disputaram com os liberais o domínio do campo educacional. São apresentadas as falas dos autores a respeito das propostas educacionais da Escola Nova e, em particular, dos princípios filosóficos, sociais e pedagógicos de John Dewey. O objetivo é expor as estratégias discursivas utilizadas pelos autores para persuadir os leitores e encaminhá-los a práticas educacionais consoantes com os preceitos do catolicismo, garantindo assim o predomínio das idéias católicas em âmbito social. A metodologia é a análise retórica baseada nos trabalhos de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, *Tratado da argumentação*, e Stephen Toulmin, *Os usos do argumento*.

Palavras-chave: Discurso educacional católico; Escola Nova; John Dewey; Análise retórica

THE WAY JOHN DEWEY'S IDEAS ARE USED BY CATHOLIC AUTHORS

Abstract

The present study analyses the educational speech through six works of catholic authors published in Brazil between 1930's and 60's during a time where the representatives of the Catholicism disputed with the liberals the dominion of the educational field. It shows the arguments of the catholic intellectuals in relation to the new pedagogical purposes and in particular of John Dewey's philosophical, social and pedagogic principles. It aim is to show the strategic speech used by the authors to persuade the readers to practice the Catholic Pedagogy making sure, that way, the dominance of catholic ideas. This methodology is rhetorical analysis,

¹ Neste artigo são apresentados alguns aspectos de nossa dissertação de mestrado, intitulada *Argumentos católicos contra John Dewey: análise retórica do discurso de oposição à pedagogia nova*, apresentada em maio de 2005 ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - UNESP, sob a orientação do Prof. Dr. Marcus Vinicius da Cunha. Pesquisa desenvolvida sob bolsa CAPES.

based upon the works of the Chaïm Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca, *Traité de L'argumentation*, and Stephen Toulmin, *The uses of arguments*.

Keywords: Catholic educational speech; New School; John Dewey; Rhetorical analysis.

JOHN DEWEY EN LA ARGUMENTACIÓN DE AUTORES CATÓLICOS

Resumen

El presente estudio analiza el discurso educacional vehiculado por seis obras de autores católicos publicadas en Brasil entre 1930 e 1960, época en que representantes del pensamiento católico disputaron con los liberales el dominio del campo educacional. Son presentadas las opiniones de los autores respecto a las propuestas educacionales de la Escuela Nueva y, en particular, de los principios filosóficos, sociales y pedagógicos de John Dewey. El objetivo es exponer las estrategias discursivas utilizadas por los autores para persuadir los lectores y encaminarlos a prácticas educacionales consonantes con los preceptos del catolicismo, garantizando de esa forma el predominio de las ideas católicas en ámbito social. La metodología es el análisis retórico basado en los trabajos de Chaïm Perelman y Lucie Olbrechts-Tyteca, *Tratado de la argumentación*, y Stephen Toulmin, *Los usos del argumento*.

Palabras-clave: Discurso educacional católico; Escuela Nueva; John Dewey; Análisis retórica

Considerações iniciais

O campo da educação brasileira no período de 1930 a 1960 foi marcado por disputas travadas entre intelectuais católicos e liberais. Ambos os grupos propunham uma reforma educacional sob a ótica da formação da nacionalidade e tinham como ideal a legitimação de uma educação que situasse o país dentro dos preceitos sociais modernos. Porém, para o grupo dos intelectuais católicos, em particular, esse ideal só poderia ser alcançado por uma política que estivesse sintonizada com os princípios religiosos (CARVALHO, 1998). Na busca pela legitimidade no controle da educação, o grupo católico efetivou, então, uma ampla campanha de divulgação de seu ideário pedagógico e de sua política educacional, abordando, também, aspectos do ideário de seus rivais (CARVALHO, 1994).

Tendo como pressuposto que o ideário da Escola Nova definiu-se no calor dos argumentos críticos dos intelectuais católicos, neste estudo, analisamos, em específico, seis obras católicas voltadas para a formação do professorado, que trazem desde análises conceituais até comentários sobre realizações educacionais em diversos países.² Por meio dessas fontes, buscamos expor os argumentos que faziam menção às propostas da Escola Nova e, sobretudo, ao pensamento filosófico e educacional de John Dewey e dos supostos vínculos desse pensador com a psicologia behaviorista e o ideário comunista.³

² Esses livros são : *Ensaio da filosofia pedagógica*, de Frans De Hovre (1969), *Rumos da educação*, de Jacques Maritain (1966), *Noções de história da educação*, de Theobaldo Miranda Santos (1951), *A filosofia contemporânea*, de Leonardo Van Acker (1981), *A favor ou contra a educação nova?*, de Suzanne Marie Durand (1956), *Filosofia da educação*, de John D. Redden e Francis A. Ryan (1973).

³ Em nosso estudo de Iniciação Científica, intitulado *John Dewey no ideário educacional católico*, desenvolvido em 2001/2002 sob a orientação do Prof. Dr.

Seguindo o referencial teórico da análise retórica, em especial, os trabalhos desenvolvidos por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, *Tratado da argumentação*, e Stephen Toulmin, *Os usos do argumento*, neste estudo procuramos expor as estratégias discursivas utilizadas pelos autores para persuadir os leitores e encaminhá-los a práticas educacionais consoantes com os preceitos do catolicismo.

Na análise desse discurso, tomamos como base o fato de que os autores católicos tinham o objetivo maior de preservar a influência da Igreja na esfera social por meio da conservação e expansão de seus adeptos. Para isso, em contraposição às propostas da pedagogia nova, que no período eram consideradas pelo grupo católico como perniciosas ao ideal democrático por se fundamentarem na filosofia pragmatista de John Dewey, seus leitores deveriam ser convencidos da primazia da Igreja em nortear uma educação moderna. Desse modo, uma das estratégias efetivadas pelo grupo católico foi a de apresentar ao seu professorado as propostas educacionais dos liberais sob um olhar católico. Com essa campanha seria possível manter o professorado adepto dos princípios católicos e assim garantir o predomínio desse ideário em âmbito social (COSTA, 2004).

De um modo geral, Dewey, nas obras que analisamos, é contextualizado como um filósofo cético por negar a existência de uma verdade absoluta e contrariar as bases filosóficas estabelecidas pela Igreja. No campo educacional, a inserção de seus pressupostos

Marcus Vinicius da Cunha, mediante bolsa IC/FAPESP, analisamos as matérias publicadas no periódico católico *A Ordem* no período de 1930 a 1934. Nosso principal objetivo foi verificar o modo pelo qual os intelectuais católicos recontextualizaram e apresentaram ao professorado da época as concepções educacionais renovadoras e, particularmente, o pensamento filosófico e educacional de John Dewey, pensador norte-americano que exerceu poderosa influência entre os educadores denominados liberais. Verificamos, nessa pesquisa, que a principal e mais freqüente linha de argumentação seguida pelos católicos consistia em posicionar os liberais e Dewey no rol dos intelectuais adeptos do behaviorismo e do comunismo (CUNHA; COSTA, 2002).

filosóficos causaria um distanciamento das bases seguras das ciências que, na opinião dos católicos, deveriam fundamentar as práticas pedagógicas.

Análise do discurso

1- Filosofia católica versus filosofia naturalista

Um dos principais temas discursados pelos autores trata-se da filosofia católica neotomista em contraposição à filosofia naturalista e suas respectivas conseqüências na educação. Para os católicos, somente a filosofia católica, o neotomismo, seria capaz de nortear a educação em busca do ideal democrático. Por isso, enquanto apresentam a filosofia católica como a única dotada de princípios capazes de conduzir a educação à democracia, por ser um pensamento sintonizado com os avanços científicos, a filosofia naturalista é aludida como uma concepção filosófica permeada por princípios que levam a equívocos no âmbito das ciências e da educação, sendo esta última representada pelas propostas da Escola Nova. A filosofia naturalista é, pois, caracterizada como uma perspectiva contrária ao ideário católico, uma vez que é fundamentada na noção de que a verdade não é eterna e nem imutável e de que só à experiência e à razão cabem julgar o verdadeiro e o falso. Para os autores, da concepção filosófica naturalista é que decorrem o ceticismo e o relativismo, por substituir a existência da verdade onipotente e absoluta pela idéia de natureza.

No que tange a educação, os autores prescrevem ser a pedagogia nova uma educação fundamentada na filosofia naturalista e que por isso algumas conseqüências sociais seriam despertadas caso tal pedagogia fosse implantada pelos professores. Uma das principais críticas dos autores às propostas educacionais da escola nova deve-se ao fato dessas propostas serem laicas: a ausência dos princípios religiosos no currículo escolar, como assim

atestam os autores, acarretaria a formação de uma sociedade totalitária e comunista.

Para explicar as razões pelas quais o naturalismo é uma filosofia equivocada, o argumento dos autores é, invariavelmente, o seguinte: tal filosofia diverge dos princípios católicos, e tudo o que diverge dos princípios católicos está errado. O mesmo raciocínio vale para indicar os méritos do neotomismo: o neotomismo é certo porque converge com a visão católica. Essas idéias formam os seguintes enunciados: “o naturalismo e a pedagogia nova devem ser recusados porque estão em desacordo com a filosofia católica” e “o neotomismo e a pedagogia tradicional devem ser aceitos porque concordam com a filosofia católica”.

Esses argumentos podem ser descritos pela forma silogística em que A é a premissa maior, B é a premissa menor e C é a conclusão; dados A e B, então C. Em um argumento silogístico, a premissa maior é a que possui o termo de maior extensão, enquanto a menor contém o termo menos extenso, sendo que de ambas se deduz a conclusão, a qual se apresenta, então, como uma consequência das premissas. Assim, temos:

- A. Todos os princípios que discordam da filosofia católica são princípios errados;
- B. o naturalismo e a pedagogia nova discordam da filosofia católica;
- C. então, o naturalismo e a pedagogia nova são princípios errados.

e

- A. Todos os princípios que concordam com a filosofia católica são princípios certos;
- B. o neotomismo e a pedagogia tradicional concordam com a filosofia católica;
- C. então, o neotomismo e a pedagogia tradicional são princípios certos.

Observa-se que os enunciados “o naturalismo e a pedagogia nova devem ser recusados porque estão em desacordo com a filosofia católica” e “o neotomismo e a pedagogia tradicional devem ser aceitos porque concordam com a filosofia católica” encontram-se estruturados de tal modo que omitem a explicitação das premissas maiores “Todos os princípios que discordam da filosofia católica são princípios errados” e “Todos os princípios que concordam com a filosofia católica são princípios certos”. A prática argumentativa, ao contrário da lógica formal, não precisa utilizar todas as implicações para ser considerada legítima frente ao auditório.

Um argumento assim elaborado é denominado entimema, pois se apóia nas características dos ouvintes ou leitores, não necessitando, portanto, apresentar todas as premissas que levam à conclusão, uma vez que estas são dadas como admitidas pelo auditório. O entimema é uma dedução, uma demonstração que é construída com base nos valores e práticas próprias do auditório, cujas premissas podem não ser enunciadas ou explicitadas e, mesmo assim, favorecer a aceitação do argumento. Isso acontece porque o auditório reconhece no argumento aspectos e valores que considera reais e verdadeiros (WOLFF, 1993). Assim, os argumentos entimemáticos, caracterizados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p.229-230) como argumentos quase-lógicos, tiram sua força persuasiva de sua aproximação aos raciocínios incontestados pelo auditório: “ora o orador designará os raciocínios formais aos quais se refere prevalecendo-se do prestígio do pensamento lógico, ora estes constituirão apenas uma trama subjacente”.

Os silogismos assim construídos podem ser colocados na forma ampliada proposta por Stephen Toulmin (2001, p. 153), para quem as formas aparentemente inocentes dos argumentos silogísticos podem ocultar alguma complexidade. Dada a natureza perspicaz dos argumentos, devemos levar em consideração a força das premissas quando consideradas como garantia, bem como o apoio de que dependem para sua autoridade. Assim, temos os

seguintes componentes adicionais: (D) são os “dados” que se apresentam sobre o objeto particular a respeito do qual se deseja concluir alguma coisa, ou seja, sobre a premissa menor; (W) é a “garantia” que dá fundamento à conclusão, isto é, à premissa maior; (B) é o “apoio” factual à justificativa, um elemento que está implícito no silogismo mas que é decisivo para a sustentação do argumento, uma vez que (W) não é nem factual nem categórica, mas hipotética e permissiva; e (C) é a conclusão.

No silogismo sobre o naturalismo e a pedagogia nova, temos que o dado (D) corresponde à proposição “o naturalismo e a pedagogia nova discordam da filosofia católica”; a garantia (W) é “todos os princípios que discordam da filosofia católica são princípios errados”; e a conclusão (C) é “então, o naturalismo e a pedagogia nova são princípios errados”. Em outras palavras, (W) é o que garante (C), mas para que essa garantia seja válida é preciso haver algum tipo de apoio, designado (B), pertinente ao campo em que se dá o processo argumentativo.

Em nossa análise do discurso dos autores pesquisados, vimos que esse apoio não se faz presente, pois todas as distinções estabelecidas entre o certo e o errado repousam exclusivamente na afirmação da garantia “todos os princípios que discordam da filosofia católica são princípios errados”. Esse modo de argumentar é chamado pelos lógicos de “petição de princípio” (COPI, 1978, p. 84), uma falácia em que a verdade que se quer demonstrar, isto é, a conclusão do raciocínio, é adotada como premissa do próprio raciocínio. A premissa maior está, explícita ou implicitamente, relacionada à conclusão do argumento. Seja no terreno da filosofia, seja no da pedagogia, a base dos julgamentos feitos pelos autores é a aceitação dos princípios católicos, aceitação que é afirmada sem necessidade de discussão, pois é uma premissa supostamente aceita pelo auditório, composto certamente por católicos.

Em meios aos argumentos dessa natureza, pode-se extrair uma proposição que confirma o uso da petição de princípio: “a pedagogia nova pode ser aceita, em parte ou no todo, desde que

dela sejam expurgadas as afirmações que contrariam os princípios católicos”. Assim, uma mesma idéia que é apresentada como incoerente e inaceitável pode ser mostrada como válida e enriquecedora, desde que seja concordante com a premissa maior que estabelece o princípio católico como verdadeiro para reger o campo da educação e da filosofia.

Com isso, os autores estariam admitindo que a pedagogia nova é neutra em termos religiosos, uma vez que o seu conteúdo pode ser preenchido pela religiosidade católica. Se for assim, podemos concluir que a afirmação de que tal pedagogia decorre do naturalismo fica comprometida, se entendermos, como fazem os autores, que o naturalismo é adversário da religião. Em outras palavras, a essência da nova pedagogia teria que ser buscada não no naturalismo, mas em outro campo de idéias – procedimento que até então não é contemplado no discurso dos autores.

No campo da retórica, quando um argumento é regido pela petição de princípio, o que está em jogo não é a veracidade do argumento, mas sim a adesão do auditório a uma determinada tese. O emprego da petição de princípio, segundo explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 127), supõe que o interlocutor já tenha aderido à tese que o orador se esforça por fazê-lo admitir. No caso do discurso dos católicos, é isso o que garante o seu sucesso, pois os autores elaboram argumentos pautando-se nas crenças do auditório, isto é, na crença em Deus. Considerando tratar-se de um auditório composto de educadores católicos, a ênfase dada à premissa maior – “tudo o que discorda da filosofia católica é errado” – torna possível afirmar o erro da pedagogia nova, por ela ser naturalista e divergente dos princípios cristãos.

A apresentação dessa mesma premissa permite, no entanto, que os autores também argumentem sobre a possibilidade de acolher algumas técnicas da pedagogia nova, sem se arriscarem a ver desqualificadas as suas afirmações depreciadoras dessa mesma pedagogia. Essa mudança nos argumentos torna-se possível porque

os autores fazem uso de outros termos modais, denominados por Toulmin (2001, p.145) “qualificadores modais”, esquematicamente indicados por (Q), e “condições de exceção ou refutação da garantia”, indicadas por (R). O uso desses modais permite que a mesma premissa – a maior, já aceita pelo auditório – garanta a veracidade de argumentos que, embora aludem a proposições do tipo “a pedagogia nova discorda da pedagogia cristã”, não inviabilizam a conclusão “a pedagogia nova pode ser aceita, em parte ou no todo, desde que dela sejam expurgadas as afirmações que contrariam os princípios católicos”.

Quando esses modais são inseridos no discurso, seguidos da enunciação da premissa universal, o orador encontra subsídios para apresentar, em um mesmo silogismo, as razões e as condições para o auditório renunciar ou não a um determinado princípio. Seguindo o modelo ampliado sugerido por Toulmin, os argumentos dos autores analisados podem ser esquematizados da seguinte maneira:

- D. A pedagogia nova discorda dos princípios católicos,
- W. Já que se pode afirmar que todos os princípios que discordam da filosofia católica são princípios errados,
- Q. então, provavelmente,
- R. a menos que a pedagogia nova renuncie às suas afirmações anticristãs,
- C. pode-se afirmar que a pedagogia nova é um princípio errado.

No âmbito do discurso que visa conquistar ou aumentar a adesão de um auditório às teses que se apresentam ao seu assentimento, uma mesma premissa pode, assim, qualificar diferentes enunciados e conclusões, tais como procuramos exemplificar na postura dos autores frente às propostas educacionais da Escola Nova: se a pedagogia nova renunciasse à sua base filosófica naturalista e anticristã e alicerçasse na filosofia

católica, poderia, provavelmente, ser considerada um princípio educacional correto.

No caso em estudo, para que a Igreja viesse a reconquistar o domínio sobre a educação, certamente ela deveria ser vista e reconhecida pelo professorado de formação católica como uma instituição condizente com o ideário da modernidade. Para isso, algumas mudanças na estrutura educacional deveriam ser efetivadas, tais com a implementação das técnicas educacionais escolanovistas, que ora são criticadas pelos próprios representantes da Igreja. Mas como justificar tais mudanças sem o risco de comprometer a filosofia católica, sem contradizer os argumentos críticos à pedagogia nova, por esta ser norteadada pela filosofia naturalista, e sem que as teses dos autores sejam contestadas pelo auditório, por lhe parecerem contraditórias?

O meio encontrado pelos autores para justificar tal prescrição se efetiva pela tentativa de perpetuar no auditório o sentimento de que a aceitação dos métodos propostos pela Escola Nova não promoveria qualquer alteração na pedagogia cristã, pois as principais técnicas dessa pedagogia poderiam ser absorvidas pelo professor católico sob a orientação única da filosofia cristã. Além do mais, essas mesmas técnicas, segundo atestam os autores, seriam legitimamente cristãs, por terem sido elaboradas por representantes da Igreja.

Nesses termos, a justificativa de tal mudança é substituída, como explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 120), por uma tentativa de provar que não houve mudança real: “assim como o juiz que não pode mudar a lei, sustentará que a sua interpretação não a modifica, que corresponde melhor à intenção do legislador; a reforma da Igreja será apresentada como uma volta à religião primitiva e às Escrituras”.

Em nossa análise, vimos também que os autores apresentam um enunciado que possui outra conformação: “a filosofia católica, bem como a sua pedagogia, são científicas”, o que se destina a mostrar que o neotomismo é uma filosofia sintonizada com certos avanços da modernidade, particularmente

a ciência. Esse argumento difere dos anteriores porque não parte da presunção de um auditório particular. Ele se dirige a um auditório que talvez não compartilhe da crença no catolicismo, ou seja, que talvez não aceite as premissas universais “tudo o que concorda com a o catolicismo está certo” e “tudo o que discorda da visão católica está errado”.

É por isso que os autores apresentam alguns pensadores de reconhecida atuação na era contemporânea e que, segundo mostram, concordam com a visão católica. Muitos argumentos influenciam o auditório unicamente por causa do prestígio. O argumento de prestígio, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 348), é o argumento de autoridade, o qual utiliza a apresentação de “atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”. Por meio da apresentação de pensadores contemporâneos prestigiados nas áreas da filosofia e da educação, os autores encontram uma maneira de sustentar suas afirmações, pois a figura de uma pessoa reconhecida no campo em que o auditório se localiza, e que, por sua vez, compartilha dos mesmos princípios, faz valer os argumentos pronunciados sem qualquer tipo de discussão.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 529) chamam a atenção para outra técnica discursiva, “a superestimação voluntária do orador da força dos argumentos”. Como vimos, nossos autores superestimam a força de seus argumentos; fazem isso, por exemplo, quando certificam os leitores de que somente a filosofia católica é capaz de nortear o campo científico e o campo educacional à verdade. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, essa é uma atitude que tende a aumentar a força dos argumentos, pois “apresentar uma conclusão como a mais do que é aos nossos próprios olhos significa comprometer a nossa pessoa, usar de seu prestígio, acrescentar desde então aos argumentos um argumento suplementar”.

Vale destacar o uso de um outro mecanismo discursivo que visa conferir legitimidade a uma tese, em detrimento de outra. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 119), o

orador, a fim de concretizar a adesão a seu discurso, pode servir-se da “técnica da coisa julgada”, a qual consiste em realizar comparações entre enunciados opostos para indicar a veracidade de apenas um deles. Essa técnica também se encontra estruturada no discurso dos autores analisados: ao apresentarem a pedagogia nova e a pedagogia cristã, comparando-as, os autores o fazem de tal modo que induzem o julgamento dos leitores em prol da legitimação da pedagogia cristã, principalmente porque o tratamento dado a essa última traz a enunciação de valores próprios e característicos do auditório.

2 – Pragmatismo, socialismo e pedagogia nova

No pensar dos católicos, a principal corrente filosófica derivada do naturalismo é o pragmatismo, considerado um princípio filosófico e científico inaceitável a qualquer adepto da filosofia educacional católica, por permear, como assim descrevem, “a descrença dos valores eternos e absolutos da fé cristã, e por pregar o princípio de que não há qualquer forma de valores fixados ou verdades eternas que não seja unicamente de natureza mutável, prática e material”(REDDEN; RYAN, 1973, p. 430).

Os representantes da filosofia pragmatista, principalmente John Dewey, são apresentados como adeptos da filosofia naturalista e defensores de uma educação demasiadamente voltada para os bens sociais coletivos, “na qual não há fim absoluto, e tudo se torna relativo” (DE HOVRE, 1969, p.20). No discurso dos autores, certas conseqüências sociais são apresentadas como decorrentes da inserção em âmbito educacional dos princípios filosóficos do naturalismo e do pragmatismo. As correntes filosóficas de base naturalista são caracterizadas como veiculadoras de idéias que revelam uma tendência que favorece o socialismo.

Os autores atribuem, então, à filosofia naturalista a responsabilidade pelo surgimento do pragmatismo e do socialismo,

bem como do modelo educacional daí decorrente, a pedagogia nova. Na forma silogística podemos expressar esse discurso do seguinte modo:

- A. Todos os princípios que discordam da filosofia católica são princípios errados;
- B. o pragmatismo, o socialismo e a pedagogia nova discordam da filosofia católica;
- C. então, o pragmatismo, o socialismo e a pedagogia nova são princípios errados.

Da mesma forma, a pedagogia baseada nos princípios católicos é certa porque é coerente com a filosofia católica, que é, invariavelmente, certa. Colocando esse silogismo no modelo de Toulmin, temos:

- D. O pragmatismo, o socialismo e a pedagogia nova discordam da filosofia católica.
- W. Considerando que todos os princípios que discordam da filosofia católica são princípios errados,
- C. então o pragmatismo, o socialismo e a pedagogia nova são princípios errados.

A proposição que atua como garantia (W) para a conclusão (C) deveria receber um apoio factual (B), o que não ocorre no discurso dos autores analisados, ou seja, não há nenhuma informação que sustente a proposição “todos os princípios que discordam da filosofia católica são princípios errados”. Enfim, temos aqui, novamente, o recurso da petição de princípio, o qual, como já vimos anteriormente, encontra sua validade no auditório considerado, composto por católicos.

A exposição feita até aqui permite que avancemos um pouco mais em nossa análise, destacando agora o enunciado “o pragmatismo, o socialismo e a pedagogia nova discordam da filosofia católica”, que é uma das premissas do silogismo acima apresentado. Ao colocá-lo na qualidade de conclusão, podemos avaliar as razões empenhadas pelos autores para a sua afirmação.

O discurso elaborado na primeira parte deste capítulo permite identificar essas razões, ou seja, os dados (D). Podemos, também, tentar compreender as garantias (W) do argumento, como bem os elementos que constituem os seus apoios (B). O argumento pode ser assim formulado:

- D. O pragmatismo, o socialismo e a pedagogia nova apresentam a característica X.
- W. Todos os princípios que apresentam a característica X discordam da filosofia católica.
- B. É assim porque a filosofia católica possui o atributo Y, que é discordante de X.
- C. Então, o pragmatismo, o socialismo e a pedagogia nova discordam da filosofia católica.

Cabe-nos, então, verificar o que é X, o elemento de discordância com a filosofia católica e seus atributos Y. Segundo o discurso dos autores, tal atributo pode ser localizado perante os seguintes enunciados: “o pragmatismo é uma filosofia da ação que despreza as coisas espirituais”; “o socialismo privilegia as exigências sociais em detrimento dos valores individuais”; “ambos, pragmatismo e socialismo, são nocivos à democracia e favoráveis ao estatismo”; “os princípios educacionais renovadores conduzem a humanidade à indagação sobre a existência de Deus, e à anarquia social”.

Sendo todas essas características X discordantes da filosofia católica, tem-se a garantia (W) para a conclusão (C). Mas, conforme sugere o modelo de Toulmin, toda garantia necessita de apoios factuais B. É preciso que certos fatos sejam apresentados para que se possa afirmar que a filosofia católica possui atributos Y que não compactuam com as quatro características acima indicadas. Em suma, é necessário poder afirmar que a filosofia católica: “jamais despreza as coisas espirituais”, “não privilegia o social em detrimento do individual”, “é favorável à democracia e contrária ao estatismo”.

O discurso dos autores afirma tudo isso, implicitamente, é claro, como vimos, mas não apresenta quaisquer fatos em apoio a esses enunciados. Tais fatos deveriam ser buscados na história, nas relações da Igreja com seus fiéis e com o poder político estabelecido. A Igreja, como sustentáculo da filosofia defendida pelos autores, deveria ser por eles mostrada como instituição social que ao longo de sua existência reivindicou e sustentou, por meio do ensino religioso e outros instrumentos, o equilíbrio perfeito entre indivíduo e sociedade, favorecendo a democracia contrariamente ao estatismo.

Os autores poderiam, ou deveriam, ser capazes de apresentar exemplos concretos de suas afirmações, no intuito de reforçar suas teses sobre as qualidades da instituição que sustenta a filosofia que defendem: a Igreja Católica. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 399-400), o exemplo é um recurso discursivo que, quando colocado em prática em argumentos voltados para um auditório particular, tende a fundamentar alguma estrutura do real que se quer legitimar. O orador que pretende qualificar seus argumentos por meio de exemplos deve levar em consideração os valores e as concepções características de seu auditório. Para que um exemplo sustente a tese que o orador quer legitimar é preciso que haja uma apresentação dos fenômenos de modo que estes não venham a ser considerados pelo auditório uma simples informação desvinculada da realidade.

O emprego de exemplos, no entanto, ao mesmo tempo em que pode viabilizar generalizações a favor de legitimar uma tese, pode também sofrer algum tipo de rejeição por quem os recebe. Ainda segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 402), a rejeição do exemplo, “seja porque é contrário à verdade histórica, seja porque é possível opor razões convincentes à generalização proposta”, pode enfraquecer a adesão à tese que se deseja provar. Assim, a escolha de um exemplo, enquanto elemento de prova, pode comprometer o orador, pois pode ser interpretado de maneira contrária ao que se espera. No nosso caso

em estudo, acreditamos que o motivo pelo qual os autores não empregam exemplos para fortalecer suas afirmações sobre a Igreja Católica talvez seja esse: o desejo de evitar o risco de sofrerem algum tipo de contestação.

Outro recurso discursivo empregado pelos autores é a inserção de definições. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 241), as definições possuem um caráter argumentativo, pois ora podem ser justificadas, valorizadas, com a ajuda de argumentos, ora podem elas próprias configurar-se em argumento. Na apresentação do discurso dos autores, vimos que o termo “pragmatismo”, por exemplo, é definido como “filosofia da ação”, princípio filosófico que prega a “substituição da inteligência pela ação”, que “tem a utilidade como único critério para determinação da verdade”, que “permeia a descrença nos valores eternos e absolutos da fé cristã”. O termo “experimentalismo”, caracterizado sobretudo como um aspecto imante do pragmatismo, recebe os seguintes significados: “ajustamento do indivíduo à sociedade em mudança”, princípio que “busca habituar a criança às práticas sociais universalmente aceitas como disponíveis pela sociedade”.

Essas definições, que fazem parte dos atributos X, são expostas de tal modo que tornam desnecessária a explanação de Y, os característicos do catolicismo. Isto se dá porque as definições atuam, por si, como recurso argumentativo, ou seja, por seu intermédio o orador já estrutura na mente de seus ouvintes os elementos interpretativos condizentes com o seu objetivo. Vemos, novamente, o destacado papel do auditório na articulação da estratégia argumentativa dos autores, os quais recorrem às suas crenças e estruturas de pensamento para sustentar o seu discurso.

Na busca pela consolidação de suas premissas, todo orador procura elaborar argumentos que possam ser considerados verdadeiros pelos ouvintes por conterem aspectos que lhes são familiares. Para cada auditório, explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 131), “existe um conjunto de coisas admitidas que têm, todas, a possibilidade de influenciar-lhes as reações”,

conjuntos de ações e concepções que constituem um sistema de referência que serve para testar as argumentações.

Toda argumentação, seguindo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p.136), supõe uma escolha precedente das melhores premissas, dos dados a serem apresentados, e uma avaliação da mais eficiente técnica de enunciar raciocínios. Quem pronuncia um discurso visando à persuasão, complementam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 163), empenhou-se anteriormente em organizar bem seu tempo e sua técnica discursiva para garantir a atenção dos ouvintes. Para isso, para cada parte de sua exposição procura conceder um espaço proporcional aos elementos que deseja ver presentes na consciência de seus ouvintes, sejam valores já partilhados, sejam valores que o orador almeja ver estruturados nas concepções de seu auditório. Por outro lado, enunciados que possam propiciar uma indagação por parte do auditório não devem ser explicitados. No interesse de sua argumentação, o orador se esforça para situar o debate no plano que lhe parece mais favorável.

Quando os argumentos são assim elaborados, como denominam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p.119), a partir da “inércia psíquica e social” do auditório, o orador tem a possibilidade de conduzir modelos de práticas e concepções futuras que permitem a sustentação ou a continuidade de um determinado ato, ou a veracidade e aceitação de uma determinada tese. Isso ocorre porque o orador, ao enunciar seu discurso, recorre a premissas e valores compartilhados pelo auditório para garantir a validade das teses que busca legitimar.

Assim, na busca pela adesão a uma tese, o orador pode contar, para suas presunções, com a inércia psíquica e social dos ouvintes. Pode-se presumir, com isso, “que a atitude adotada anteriormente pelo auditório – opinião expressa, conduta preferida – continuará, no futuro, seja por desejo e coerência, seja em virtude da força do hábito” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 119). O emprego de aspectos familiares aos

participantes do auditório pode, assim, validar um argumento, por ser reconhecido ao menos em parte por eles.

O que denominamos atributo Y na argumentação dos autores analisados trata-se, pois, dos valores inerentes à cultura católica, isto é, atitudes, práticas ou concepções vivenciadas no passado e/ou no presente pelos destinatários da mensagem. Esses valores, quando reverenciados pelo orador, tendem a fundamentar as concepções filosóficas e educacionais das teses que apresentam como legítimas, mesmo na ausência de apoios factuais.

3- O ceticismo de John Dewey

Na filosofia deweyana, a verdade não é única e nem absoluta; ela é construída e válida para um determinado momento (AMARAL, 1990). Sua concepção filosófica apóia-se numa visão do mundo que se opõe ao que é fixo e imutável, beneficiando a noção de movimento e transformação (CUNHA, 2001). Na visão dos católicos, a filosofia deweyana, por não partilhar da crença de uma verdade absoluta e imutável, tornaria o processo educativo uma atividade deliberativa, incerta, que resultaria na consolidação da política do comunismo.

As críticas dos autores a John Dewey se apresentam, especificamente, de dois modos. Em alguns casos, os argumentos são gerais, decorrentes de Dewey ser pragmatista, resultado de o pragmatismo ser uma concepção filosófica originária do naturalismo. Em outros, a argumentação busca sustentar que Dewey, por ser pragmatista, defende radicalmente o primado experimentalista, desenvolvendo sua filosofia sob os preceitos psicológicos e científicos do behaviorismo e do darwinismo, os quais, quando colocados em prática, poderiam levar à construção de uma sociedade comunista. De um modo geral, o pragmatismo é explicado pelos autores como uma corrente filosófica contrária aos princípios escolásticos por pertencer ao movimento filosófico do naturalismo, cujas bases negam qualquer elemento que não seja de

natureza material, como a fé, que não pode ser empiricamente verificado. Conseqüentemente, trata-se de uma visão que conduz ao ceticismo, uma forma de pensamento incompatível com a crença nos valores imutáveis, inerentes aos preceitos da Igreja.

Os argumentos que atribuem a Dewey a identidade de principal precursor do “experimentalismo” no campo da filosofia e da educação recebem conotações diferentes dos diversos autores. Em certos contextos do discurso, o termo experimentalismo abrange o sentido de um mecanismo de comprovação e verificação de pressupostos científicos e filosóficos até então tidos como verdadeiros. Nessa perspectiva, a filosofia de Dewey teria como objetivo primeiro verificar, empiricamente, postulados filosóficos, até mesmo a religião, a fim de descaracterizá-los como princípios eternos, verdadeiros e/ou científicos. O experimentalismo deweyano, entretanto, também é definido como um conjunto de práticas sociais colocadas em ação por um determinado grupo tendo em vista o bem da sociedade em mudança. Na comunidade escolar, por exemplo, o experimentalismo resultaria na elaboração de práticas comuns entre os alunos. Mas tanto o primeiro significado quanto segundo, quando entrelaçados no discurso, dão margem a que os autores estabeleçam uma relação intrínseca entre o experimentalismo filosófico de Dewey e o seu ideal educacional e social.

O “experimentalismo de Dewey”, ou a “filosofia da mudança”, é considerado pelos autores o resultado da fusão feita pelo próprio Dewey entre os princípios “do naturalismo, do evolucionismo e do behaviorismo” (REDDEN; RYAN, 1973, p.482). O pragmatismo naturalista, o experimentalismo, a psicologia behaviorista e a teoria evolucionista, são assim concebidos pelos autores estudados como as principais bases filosóficas e pedagógicas de Dewey. Essa interação de princípios assume dimensões nitidamente políticas, pois a filosofia deweyana é também apresentada como contrária ao ideal democrático. As bases filosóficas e pedagógicas de Dewey não seriam assim compatíveis com uma educação democrática: “O exclusivismo do

método experimental, a desconfiança no valor da razão, o desconhecimento prático das relações profundas entre a inteligência e a ação, o relativismo da verdade”, são tendências que, quando aceitas e inseridas na educação, levariam “à mais completa dissolução da vida intelectual e moral: o comunismo”(SANTOS, 1951, p.408).

Pela apresentação feita até aqui, vimos que os autores, a fim de legitimarem seus discursos, desencadeiam seus argumentos fundamentados em diversas técnicas ou instrumentos discursivos sob o intuito de obterem ou fortalecerem a adesão do professorado às teses pedagógicas e filosóficas da Igreja Católica. Uma dessas técnicas corresponde ao modo de argumentar denominado “petição de princípio”, em que a conclusão apresentada se faz presente no silogismo como uma de suas premissas. Destacamos, também, os argumentos entimemáticos, e outros instrumentos discursivos, como o emprego do argumento de prestígio; a técnica da coisa julgada; o uso de exemplos e a inserção de definições. Esses recursos adquirem caráter persuasivo porque os autores levam em consideração o auditório que buscam persuadir, fundamentando suas teses em valores incontestáveis da audiência, como a crença nos dogmas da Igreja. Para que a argumentação retórica possa desenvolver-se, e assim conseguir aumentar a intensidade de adesão à tese apresentada, desencadeando nos ouvintes a ação pretendida ou criando neles “uma disposição para ação, que se manifestará no momento oportuno” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 50), é preciso que o orador dê valor às concepções em comum do auditório, “é preciso que aquele que desenvolve sua tese e aquele a quem quer conquistar já formem uma comunidade” (PERELMAN, 1999, p.70).

Considerando todos esses aspectos já apresentados, que caracterizam o discurso dos católicos como persuasivo, nosso intuito, agora, é mostrar as bases dos argumentos que tornaram possível os autores expandirem a tese de que John Dewey, tido como o principal representante do pragmatismo no contexto da filosofia contemporânea e da educação moderna, é um pensador

pragmatista de princípios experimentalista e behaviorista, e idealizador de uma sociedade comunista.

O pragmatismo, assim como o naturalismo, é considerado pelos autores uma filosofia falsa e equivocada por contradizer os princípios dogmáticos que os católicos defendem. As concepções que os autores elaboram acerca do pragmatismo, de ser uma filosofia de princípios equivocados, principalmente por negar a existência de uma verdade absoluta e apregoar somente a existência de uma realidade material, são, também, as que fundamentam as teses lançadas especificamente sobre a filosofia deweyana e seu ideal educacional e social. No conjunto de argumentações que os autores buscam evidenciar diante do professorado, Dewey é considerado o sustentáculo de uma filosofia cética e o idealizador de uma proposta educacional e social também condizente com o ceticismo, por desprever sua filosofia de quaisquer fins e valores que não sejam de natureza experimental e social.

O pragmatismo deweyano, segundo argumentam os autores, é uma filosofia cética porque apregoa a idéia inaceitável aos católicos de que a verdade só pode ser legitimada por meio de experimentos e comprovações científicas, o que exclui a religiosidade como critério de verdade. Esse argumento pode ser descrito pela forma silogística, na qual, dadas uma premissa maior e uma premissa menor, obtém-se uma determinada conclusão. Assim temos:

- A. Toda filosofia que não aceita a crença em Deus como critério de verdade é cética.
- B. A filosofia deweyana, por ser pragmatista e naturalista, não aceita a crença em Deus como critério de verdade.
- C. Logo, a filosofia deweyana, por ser pragmatista e naturalista, é cética.

Essa mesma alegação pode ser descrita na forma silogística ampliada proposta por Toulmin (2001). Esse

procedimento torna-se pertinente em nossa investigação porque permite verificar qual a garantia (W) empregada pelos autores em seus argumentos. No silogismo acima elaborado, pode-se tomar uma das premissas como garantia do argumento, relacionada à conclusão que se quer legitimar, o que caracteriza, mais uma vez, o uso da falácia de petição de princípio. Assim, o enunciado que atuava como premissa menor constitui o dado (D), ao passo que a premissa maior é a garantia (W) que busca legitimar a conclusão (C):

- D. A filosofia deweyana, por ser pragmatista e naturalista, não aceita a crença em Deus como critério de verdade.
- W. Já que se pode afirmar que toda filosofia que não aceita a crença em Deus como critério de verdade é cética,
- Q. então, certamente,
- C. conclui-se que a filosofia deweyana, por ser pragmatista e naturalista, é cética.

Pelo esquema apresentado, torna-se possível visualizar as bases pelas quais os autores regem a conclusão de a filosofia deweyana ser cética. A principal causa do ceticismo de Dewey advém do próprio pragmatismo: segundo acreditam os autores, o pragmatismo resultou do princípio filosófico do naturalismo, que por desconsiderar a existência de valores e verdades imutáveis no tempo, é considerada uma filosofia cética e falsa pelos católicos. Além disso, a garantia “Toda filosofia que não aceita a crença em Deus como critério de verdade é cética” encontra-se estruturada em valores partilhados e já aceitos pelo auditório, os quais predizem ser a filosofia católica a única que possui conhecimentos certos por crer na existência da verdade absoluta. Sendo assim, a descrença pragmatista nos princípios dogmáticos do catolicismo é o que justifica e permite aos autores considerarem a filosofia deweyana cética.

No silogismo acima, na passagem do dado (D) à alegação final (C), faz-se presente, além da garantia (W) do argumento, um qualificador modal (Q) – “certamente”. Segundo explica Toulmin (2001, p. 145), os qualificadores modais servem para indicar a “força” conferida pela garantia na passagem do dado à conclusão. A escolha do qualificador modal depende da garantia e dos dados que são enunciados a favor da tese que se quer fortalecer. Assim, quando a garantia autorizar apenas um passo provisório dos dados à conclusão, um passo que só pode ser dado “sob certas condições, com exceções ou qualificações”, torna-se mais adequado aludir a qualificadores modais como “provavelmente” e “presumivelmente”. Em se tratando dos autores por nós pesquisados, pode-se empregar o advérbio “certamente”, porque seus dados encontram-se fundamentados numa garantia partilhada e incontestável pelo auditório, de onde advém o alto grau de persuasão e aceitação do argumento como um todo.

Tendo em vista o fortalecimento dos argumentos que prescrevem ser Dewey o representante de uma filosofia cética, os autores também se ocupam em estruturar argumentos sobre o experimentalismo de Dewey, com os quais procuram demonstrar sua natureza cética e equivocada. Para isso, desenvolvem argumentos em que identificam a psicologia behaviorista e a teoria evolucionista de Darwin como as bases do pensamento experimentalista de Dewey. A razão apresentada pelos autores para essa alegação é a de que Dewey acredita ser o homem o resultado de sua adaptação aos estímulos que recebe do meio em que vive.

Para provarem a veracidade desse argumento, os autores certificam ao professorado que o próprio Dewey deixa explícita sua adesão ao behaviorismo e ao darwinismo em algumas de suas obras. A respeito dessas obras, diga-se de passagem, os autores apenas as mencionam, sem fornecerem maiores detalhes; em troca disso, entretanto, oferecem suas palavras, seu prestígio perante a comunidade, e estruturam seus discursos em aspectos que comungam com o auditório. Nesse caso, empregam a técnica das “figuras de comunhão”, a qual, segundo explicam Perelman e

Ollbrechts-Tyteca (2002, p. 201), é obtida por meio de referências a uma cultura, a uma tradição ou a um passado. Por essa razão, ao alegarem que o experimentalismo de Dewey nega a verdade absoluta, e assim, os princípios dogmáticos da Igreja, valores que certamente são compartilhados pela comunidade católica, os autores encontram as condições necessárias para afirmarem ser o experimentalismo de Dewey um princípio falso e também cético.

Seguindo as teses de Perelman e Ollbrechts-Tyteca (2002, p. 529), podemos ainda observar que os católicos também utilizam a técnica de “superestimação” de argumentos, que consiste em “estender os acordos particulares” já estabelecidos com o auditório durante uma discussão, “sem que o interlocutor tenha dado sua adesão explícita”, o que leva uma conclusão a ser “mais certa do que é”. Podemos visualizar esse mecanismo nos argumentos que entrelaçam a filosofia pragmatista de Dewey como o behaviorismo e o darwinismo, quando, em suas alegações, os autores levam em consideração que suas teses podem ser facilmente aceitas pelo auditório ao concluírem que Dewey é um adepto do behaviorismo e do darwinismo. A afirmação, esta sim demonstrada, de que Dewey quer uma educação vinculada às circunstâncias sociais vigentes, é imediatamente associada, desta feita sem demonstração, às idéias behavioristas e darwinistas.

Mediante um pré-julgamento em benefício de seus próprios argumentos, os autores conseguem obter o veredicto que almejam a respeito de enunciados sobre os quais a audiência ainda não tem opinião formada. Assim, tendo como garantia a aceitação prévia de determinadas teses e a inércia psíquica e social do professorado de formação católica, os autores chamam a atenção de seus ouvintes sobre as possíveis repercussões do ceticismo deweyano em âmbito social.

Essa mudança do foco das argumentações dos católicos caracteriza o uso de uma técnica discursiva, que também favorece a persuasão, denominada “argumento da direção”. Segundo explicam Perelman e Ollbrechts-Tyteca (2002, p. 326), o uso dessa técnica permite que uma mesma alegação sirva de alerta

contra outros fenômenos, isto é, que uma tese já aceita dê fundamento a outras teses que o orador ainda se esforça em legitimar. É o que fazem os autores quando afirmam que a filosofia pragmatista, por ser cética, é contrária ao ideal democrático. Regidos pela garantia de que “Somente uma filosofia que crê na existência de Deus pode alcançar a democracia”, premissa que faz referência à cultura comum da comunidade católica, sua crença em Deus, os autores desenvolvem novas conclusões a respeito do pensamento educacional e social de Dewey.

Os autores passam, então, a estruturar seus argumentos sobre o que acreditam ser o ideal educacional de Dewey, e também, sobre as possíveis repercussões desse ideal na sociedade. O apoio encontrado pelos autores para entrelaçarem seus argumentos de natureza filosófica com argumentos de especificidade sociológica e educacional se concretiza nos argumentos que explanam ser Dewey um partidário radical do experimentalismo em âmbito social, por considerar o experimentalismo como o único princípio válido para nortear a filosofia e as ciências em geral.

Por tomar o experimentalismo como critério de sua filosofia educacional, Dewey poderia levar o seu ceticismo à estrutura social, com a consequência de promover o comunismo. A explicação que os autores oferecem sobre essa suposta adesão ao radicalismo é que Dewey apresenta uma característica em comum com os radicalistas: a descrença e ausência de sentimentos religiosos – o ceticismo. A descrença de Dewey nos postulados religiosos, aliada à sua adesão ao socialismo, vertente da sociologia que os católicos repudiam por discordar dos princípios da Igreja, são alegações que os autores utilizam para alertar seus leitores de que o pragmatismo deweyano é uma filosofia contrária à proposta social democrática e simpática ao comunismo.

Pautados em argumentos desse tipo, os autores articulam seus discursos no terreno educacional, buscando difundir a idéia de que somente uma educação norteadada pela

filosofia católica é capaz de concretizar o ideal democrático, uma vez que essa educação, como alegam, possui técnicas educacionais modernas e, mais do que tudo, o estabelecimento de um fim preciso à educação. Para os católicos, a finalidade da educação fundamenta-se na existência de uma verdade única, Deus, princípio esse que, segundo interpretam os autores, é desqualificado pela filosofia pragmatista de Dewey.

Por reafirmarem ser a característica principal do pragmatismo deweyano o ceticismo, os autores encontram a garantia de argumentos pelos quais buscam mostrar a tese de que Dewey é o pregador de um sistema educacional também cético, cuja descrença na verdade absoluta desproveria a educação de condições para concretizar o ideal democrático, já que, para os católicos, esse ideal somente seria viável mediante a crença na verdade absoluta.

Vejamos por quais dados e garantias os autores encontram condições para propagarem entre os leitores a alegação de que a filosofia educacional proposta por Dewey é “incapaz de viabilizar a democracia”:

- D. A filosofia educacional proposta por Dewey não aceita a crença em Deus como critério de verdade.
- W. Já que se pode afirmar que toda filosofia educacional que aceita a crença em Deus como critério de verdade é capaz de implementar a democracia,
- Q. então, provavelmente,
- C. pode-se concluir que a filosofia educacional proposta por Dewey não é capaz de implementar a democracia.

Mesmo que apresentem como garantia de seus argumentos premissas compartilhadas pela comunidade católica, há nesse silogismo apenas uma presunção por parte dos autores de considerarem a filosofia educacional deweyana incapaz de conduzir a sociedade à democracia. Por essa razão, já não se torna viável inserirem o advérbio “certamente” como qualificador (Q) de apoio

à garantia (W) de suas teses (C), como fazem quando alegam a legitimidade da filosofia católica perante todas as outras que não crêem na verdade absoluta. O mesmo ocorre quando indicam haver proximidades entre o pensamento de Dewey e o ideal comunista: os autores apenas presumem essa circunstância, não lhes sendo apropriado, portanto, o uso do qualificador “certamente”, e sim do “presumivelmente”. Com base na presunção de que a proposta deweyana não é democrática, passam à de que Dewey pode ser – ou “é”, como afirmam – comunista.

Na visão dos autores, por tomar as necessidades circunstanciais e experimentais da sociedade como único critério de verdade, e descrever na existência de Deus, Dewey não tornaria concreto o ideal democrático, mas sim contribuiria para estruturar uma forma de sociedade sem valores a serem seguidos por seus membros. O ceticismo apontado pelos autores como característica da filosofia deweyana, em âmbito social, resultaria na concretização de um ideal comunista, doutrina que é tida pelos católicos como a vertente mais radical do movimento filosófico do naturalismo.

Esse raciocínio contém os seguintes enunciados: “a filosofia pragmatista, por não aceitar a crença da existência de Deus como critério de verdade, e por tomar como critério de verdade as condições sociais, encontra-se assentada em ideais arbitrários, o que, em âmbito social, pode conduzir a sociedade ao comunismo”, e a “filosofia católica, por tomar como critério de sua pedagogia a crença em Deus, está assentada em ideais fixos que, em âmbito social, levam à democracia”. Apresentando esses enunciados na forma silogística ampliada proposta por Toulmin (2001), temos:

- D. A filosofia educacional de Dewey não é uma pedagogia assentada na existência de Deus como critério de verdade.

- W. Já que se pode afirmar que toda pedagogia assentada na existência de Deus como critério de verdade pode atingir o ideal democrático,
- Q. então, provavelmente,
- R. a menos que se possa provar que ideais sociais podem conduzir a uma sociedade democrática,
- C. conclui-se que a filosofia educacional de Dewey não pode atingir o ideal democrático.

Em sua crítica do silogismo, Toulmin (2001, p. 145) dá o nome de “condições de exceção ou refutação”, indicadas por (R), às circunstâncias que retiram a “autoridade geral da garantia” (W). No presente caso, o qualificador modal “a menos que se possa provar que a democracia pode ser obtida por meio de ideais sociais” retira a força do enunciado “somente a crença em Deus pode erigir a democracia”. Como a intenção dos autores é garantir a adesão do auditório à conclusão de que Dewey é contrário à democracia e favorável ao comunismo, tal qualificador é por eles omitido.

Por fim, destacamos que o discurso dos autores analisados em nossa pesquisa exibe uma outra técnica discursiva que favorece a persuasão, denominada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) como “dissociação das noções”. Trata-se de desenvolver o raciocínio por meio de pares conceituais opostos entre si, na forma “termo I x termo II”. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 473) tomam como exemplo emblemático o par “aparência x realidade”, sendo o primeiro termo identificado como I, e o segundo, como II. No processo de dissociação, pela enunciação do termo II o orador busca evidenciar o que representa o real e verdadeiro, o correto, o desejável, ao passo que o termo I é invocado como “ilusão e erro”.

Vários são os pares analíticos que podemos destacar no discurso aqui estudado, mas desejamos chamar a atenção para o par “ceticismo x dogmatismo”, que consideramos ser, talvez, o fundamento de todos os demais. Para os autores analisados, somente uma filosofia e uma pedagogia regidas por princípios

dogmáticos podem levar à democracia, uma vez que o dogma, aquilo que é inquestionável, constitui a verdade representada pela existência de Deus. O pensamento cético, por sua vez, por colocar em dúvida a existência de verdades absolutas, é mostrado como erro. Guiados por esse pensamento, os autores também empregam vários outros pares, sempre em busca de legitimar os respectivos termos II, como: “pragmatismo x neotomismo”, “pedagogia nova x pedagogia tradicional”, “comunismo x democracia”.

Considerações Finais

Neste trabalho, chamou nossa atenção o fato de os católicos verem Dewey como descrente da existência de Deus, sendo por isso considerado um representante do ceticismo em âmbito filosófico e social. Foi a alegação de ceticismo o que justificou as aproximações do pragmatismo de John Dewey com o ideal comunista. Por pertencer a um movimento filosófico que desconsidera a existência de verdades absolutas, proposição essa inaceitável para os católicos, Dewey não teria bases suficientes para defender o ideal democrático, já que a ausência daquela verdade no plano social e educacional resultaria na falta dos valores necessários à sustentação da democracia. Ao pronunciarem seus argumentos sob a garantia de Dewey ser um filósofo avesso a princípios dogmáticos e representante do ceticismo, os autores tornaram plausível a afirmação de o filósofo norte-americano ser favorável a uma sociedade comunista, cujo ideal educacional seria adaptar os educandos a exigências políticas totalitárias. O principal apoio que os autores ofereceram a seus argumentos foi, de fato, a enunciação de valores e crenças já aceitos pelo auditório, que nada mais eram do que os princípios filosóficos do catolicismo, baseados na crença em Deus.

Este estudo corresponde à nossa primeira tentativa de realizar um empreendimento desse tipo, mediante os recursos da nova retórica. Esperamos ter mostrado o quanto é amplo o campo

de aplicação dessa metodologia para a análise de discursos pedagógicos, e contribuído assim com outras investigações sobre as repercussões das idéias veiculadas pelos católicos no Brasil, em particular no período de desenvolvimento do ideário escolanovista.

Referências

AMARAL, Maria Nazaré de C. Pacheco. Dewey: filosofia e experiência democrática. São Paulo: Perspectiva, Edusp, 1990. (Debates, 229)

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Usos do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia: 1931-1935. Cadernos Anped, Belo Horizonte, n.7, p.41-60, dez.1994.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação: 1924-1931. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

COPI, Irving Marmer. Introdução à lógica. 2.ed. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

COSTA, Viviane da. O discurso educacional católico como estratégia de dominação política e filosófica do campo educacional: uma abordagem sob a perspectiva de Pierre Bourdieu. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., Caxambu, 2004. Anais...Caxambu:Anped, 2004. 1 CD ROM.

CUNHA, Marcus Vinicius da. John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento. Revista Brasileira de Educação, n.17, p. 86-99, 2001.

CUNHA, Marcus Vinicius da; COSTA, Viviane da. John Dewey, um comunista na Escola Nova brasileira: a versão dos católicos na

década de 1930. História da Educação, Pelotas, n.12, p. 119-142, set.2002.

DE HOVRE, Frans. Ensaio da filosofia pedagógica. Tradução Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (Coleção Atualidades Pedagógicas).

DURAND, Suzanne Marie. A favor ou contra a educação nova? Tradução Maria Luisa Studart de Moraes e Teresa de Araujo Penna. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1956. (Coleção A. E. C).

MARITAIN, Jacques. Rumos da educação. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1966. (Coleção A. E. C).

PERELMAN, Chaïm. Retóricas. Tradução Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTES-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a

nova retórica. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

REDDEN, John D; RYAN, Francis A. Filosofia da educação. Tradução Nair Fortes Abu-Merhy. 5.ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1973. (Coleção A.E.C).

SANTOS, Theobaldo Miranda. Noções de História da Educação. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951. (Coleção Atualidades Pedagógicas).

TOULMIN, Stephen. Os usos do argumento. Tradução Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WOLFF, F. Trois technique de vérité dans la Grèce classique: Aristotele et l'argumentation. Argumentation et Rhétorique I, Paris, p. 41-71, 1993.

VAN ACKER, Leonardo. A Filosofia Contemporânea. São Paulo: Convívio, 1981.

Viviane da Costa - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara-UNESP. Mestre em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara-UNESP. Principais publicações: COSTA, Viviane da. O discurso educacional católico como estratégia de dominação política e filosófica do campo educacional: uma abordagem sob a perspectiva de Pierre Bourdieu. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., Caxambu, 2004. Anais...Caxambu:Anped, 2004. 1 CD ROM; CUNHA, Marcus Vinicius da; COSTA, Viviane da. John Dewey, um comunista na Escola Nova brasileira: a versão dos católicos na década de 1930. História da Educação, Pelotas, n.12, p. 119-142, set.2002. Título da Pesquisa de Doutorado: O pragmatismo de John Dewey e os princípios filosóficos céticos. End: Av. Altino Correa Moraes, 490, Jd. Morumbi, cep. 14801-080- Araraquara-SP. Tel: (16) 3331. 3104. E-mail: vidacosta@bol.com.br

Recebido em: 15/04/2007

Aceito em: 20/07/2007